



Leigos e leigas vivendo a política

Carlos F. Signorelli¹

Resumo: Este artigo oferece um panorama da temática do leigo na política, tendo como fundamento as referências evangélicas e a Doutrina Social da Igreja. Afirma a política como serviço ao bem comum, sendo uma forma essencial de vivenciar a fé na sociedade de ontem e de hoje. Reconhece os desafios dessa atuação nos dias de hoje e convoca o leigo a agir politicamente em prol da transformação da sociedade.

Palavras-chave: Doutrina Social da Igreja, ética, leigo, política e serviço.

Abstract: This article offers a thematic picture of lay people in politics, having as the evangelical references as foundation and the Social Doctrine of the Church. It states that politics is a common service being an essential way of living the faith in the past and present society. It acknowledges the challenges of acting like that today, and it convokes the lay people to act politically for the transformation of society.

Keywords: Social doctrine of the Church. Ethics; lay people, politics and service.

Introdução

Muitos cristãos e cristãs olham o mundo, não gostam do que veem, e têm a tendência de se fechar nas palavras do Evangelho. “A mim me basta a Palavra de Deus”, dizem. Mas, como afirmaram os bispos latino-americanos em Puebla, a pretensão de anunciar um Evangelho sem conexões econômicas, sociais, culturais e políticas, no fim das contas, equivale a certo conluio – embora inconsciente – com a ordem estabelecida. Muito embora seja verdade que devemos – todos os que professam a fé cristã – ter um olhar crítico, e cada vez mais crítico, às realidades que nos cercam, é um erro nos fecharmos, ou não quisermos ver o que nos cerca, ou afirmarmos que o Evangelho é a resposta para tudo. Os cristãos não podem fazer como Pilatos: lavar as mãos. Como disse Francisco a estudantes que o visitavam: “devemos implicar-nos

.....
¹ Ex-presidente do Conselho Nacional de Leigos e foi vereador em Campinas.

na política, porque a política é uma das formas mais elevadas da caridade, visto que procura o bem comum”.

Entretanto, a coisa não é fácil. Diríamos, mesmo, que é a atividade mais laboriosa, difícil, e cheia de percalços. O mesmo Papa Francisco, levando isso em consideração, disse aos mesmos estudantes:

Os leigos cristãos devem trabalhar na política. Dir-me-ão: não é fácil. Mas também não o é tornar-se padre. A política é demasiado suja, mas é suja porque os cristãos não se implicaram com o espírito evangélico. É fácil atirar culpas... mas eu, que faço? Trabalhar para o bem comum é dever de cristão.

Há, claro, uma imensa diferença entre os trabalhos pastorais, as ações “intra-eclésia” e o trabalho de inserção no mundo. Em verdade, as chamadas “realidades terrestres” têm sua estrutura própria, possuem autonomia, como nos disse a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*:

Se por autonomia das realidades terrenas se entende que as coisas criadas e as próprias sociedades têm leis e valores próprios, [...] é perfeitamente legítimo exigir tal autonomia. [...] Por esta razão, a investigação metódica em todos os campos do saber, quando levada a cabo de um modo verdadeiramente científico e segundo as normas morais, nunca será realmente oposta à fé, já que as realidades profanas e as da fé têm origem no mesmo Deus (*Gaudium et Spes*, 36).

(...) embora o progresso terreno se deva cuidadosamente distinguir do crescimento do reino de Cristo, todavia, na medida em que pode contribuir para a melhor organização da sociedade humana, interessa muito ao Reino de Deus (*Gaudium et Spes*, 39).

Mesmo o Papa João Paulo II nos mostra a importância do agir cristão no mundo, principalmente o da política, mas sempre a partir do Reino de Deus trazido e vivido por Jesus de Nazaré. Este ilumina os passos, mostra o bem ou o mal que afastam o mundo e o humano dos desejos de Deus, bem como revela o reto caminho para o bem comum. A partir dos valores do Reino que nos iluminam e são colocados à frente de nosso agir,

... notam-se melhor as exigências de uma sociedade digna do homem, são retificados os desvios, é reforçada a coragem do agir em favor do bem. A esta tarefa de animação evangélica das realidades humanas estão chamados, juntamente com todos os homens de boa vontade, os cristãos, e de modo especial os leigos (*Centesimus Annus*, 25).

Por isso, insistindo junto aos fiéis leigos e leigas, o mesmo pontífice nos diz, em sua Exortação apostólica *Christifidelis Laici*:

os fiéis leigos não podem absolutamente abdicar da participação na “política”, ou seja, da múltipla e variada ação econômica, social, legislativa, administrativa e cultural, destinada a promover orgânica e institucionalmente o bem comum (cf. 42).

A necessidade das ciências humanas e sociais

Entretanto, um problema se apresenta cada vez mais claro entre aqueles e aquelas que vão para o mundo da política, em nome de sua fé. Agem naquelas instâncias como se estivessem em sua comunidade, em sua celebração ou culto. Buscam, quando sérios e consequentes, viver como nos espaços intraeclesiais.

Mas, para assumirmos o agir cristão na sociedade, temos que conhecê-la por dentro, conhecer a forma como as coisas se dão, conhecer os agentes que a constroem e a forma como o fazem, conhecer os mecanismos muitas vezes inconscientes que a movem, seus interesses, inclusive os interesses das diversas classes que a compõe. Se quisermos, a partir de nossa fé, agir como cristãos no tecido humano da sociedade, em busca do bem comum, então é necessário saber quais são os mecanismos da realidade concreta que desejamos transformar, em nome mesmo da Palavra de Deus encarnada em Jesus Cristo.

E, para ter a verdadeira noção desses mecanismos das realidades terrestres, temos que recorrer às ciências humanas e sociais. Não se deve procurar no Evangelho a pista para a existência de mecanismos de opressão e exploração em determinada cultura ou sociedade, e nem se deve perguntar a ele quais são esses mecanismos. O Evangelho aponta o que é a vida que Jesus veio trazer, e reflete os mecanismos de opressão política, econômica, cultural, social e religiosa da época de Jesus. É verdade que esses mesmos mecanismos de opressão continuam existindo, mas têm outro rosto: o rosto da civilização e da cultura, da política e da economia das sociedades em que vivemos.

O Evangelho, através da prática e das palavras de Jesus, condena toda e qualquer opressão, todo e qualquer ataque à vida em plenitude que ele veio anunciar. Mas cabe a nós, com as ciências humanas e sociais de que dispomos, a filosofia, a sociologia, a economia, descobrir o que oprime e explora o homem e a mulher de hoje, dar-lhe nome, estudar as formas de vencê-lo, derrotá-lo, ultrapassá-lo, rumo àquilo que, em linguagem evangélica, Jesus chama de Reino de Deus.

Se não me dou conta dos mecanismos de opressão que produzem a pobreza em minha realidade e atribuo a causa desta à vagabundagem dos pobres, dificilmente chegarei a tomar consciência da dignidade do pobre e do amor preferencial de Deus por eles, ainda que este amor se baseie antes de tudo no fato de serem necessitados e sofredores. Por sua vez, ao ter consciência do amor preferencial de Deus pelos pobres, torna-se difícil aceitar uma interpretação da realidade que não se funde em uma aproximação solidária que leve a ver o mundo a partir de sua ótica, permitindo então a descoberta dos mecanismos de opressão ou exclusão que geram a pobreza.²

A partir do amor da Igreja pelos pobres, imitação e atualização do amor de Deus, sejam os aspectos dinâmicos da Doutrina Social da Igreja, sejam seus princípios e valores permanentes,

.....
² ANDRADE, P. F. C. *A participação política dos cristãos: critérios teológico-pastorais*.

eles constituem o marco fundamental para o julgamento, à luz da fé, da realidade, tendo em vista uma opção político-partidária.

O poder-serviço como agir ético

Infelizmente, quase sempre encontramos desinteresse e até ojeriza à participação, à discussão política ou, com muito mais dificuldade, à política partidária. E não é de se estranhar.

No interno da Igreja, buscamos viver uma relação fraterna, de diálogo e de serviço. Quando ocupamos um cargo em qualquer instância da vida eclesial, sempre o fazemos para servir mais e melhor, gratuitamente, desinteressadamente. Já na vida política, o que marca o dia a dia é o conflito, quer seja o conflito de interesses, quer seja o conflito ideológico. Mas é sempre um embate.

O poder sempre gerou corrupção. Mas, no atual momento histórico, o poder político tem sido presa fácil do imenso poder econômico das grandes corporações. Estas chegam a possuir riquezas muitas vezes maiores do que a quase totalidade dos países. Com esse poder, elas compram os que exercem qualquer poder político, incluindo o próprio judiciário, incluindo desde os funcionários subalternos até os que despontam nos altos cargos. E isso não se dá apenas nas incipientes democracias dos chamados países subdesenvolvidos, mas também nas velhas democracias europeias.

Não é difícil juntar poder político e corrupção. E, por isso, é fácil acusar todos e todas que assumem cargos políticos, e, com isso, gera-se certo afastamento dos cristãos desse campo. E aqui se deve ter um grande cuidado: determinados agentes políticos posam de moralistas, muitas vezes com o apoio da mídia, para alavancarem sua ascensão no processo político. De certa forma, são corvos que se postam de pombas.

No nosso agir como cristãos, não podemos prescindir do imenso problema da corrupção que assola o Brasil. Nada mais fácil do que se fechar no interno da Igreja. Afinal, diz-nos Aparecida,

o recrudescimento da corrupção na sociedade e no Estado, envolvendo os poderes legislativos e executivos em todos os níveis, alcançando também o sistema judiciário que, muitas vezes, inclina seu juízo a favor dos poderosos e gera impunidade, o que coloca em sério risco a credibilidade das instituições públicas e aumenta a desconfiança do povo, fenômeno que se une a um profundo desprezo pela legalidade (DAp, 75).

Mais que isso!

São frequentes as denúncias de corrupção em várias instâncias dos Três Poderes. Cresce a indignação ética diante da violação de valores fundamentais para a sociedade. A ambição desmedida de riqueza e de poder leva à corrupção. A denúncia do profeta Isaías vale também hoje: “eles gostam de subornos, correm atrás de presentes; não fazem justiça ao órfão e a causa da viúva nem chega até eles” (Is 1,23).

Por isso, as palavras do apóstolo Paulo são apropriadas para este momento: “Não te deixes vencer pelo mal, mas vence o mal com o bem” (Rm 12,21). A corrupção e a impunidade estão levando o povo ao descrédito na ação política e nas instituições, enfraquecendo a democracia. A crise, decorrente da falta de consciência moral, é estimulada pela ganância e marcada pelos corporativismos históricos, que utilizam as estruturas de poder para benefício próprio e de grupos.

Os empobrecidos são os mais prejudicados com o desvio das verbas públicas. Os poderes constituídos precisam assumir sua responsabilidade diante da corrupção e da impunidade (CNBB, Democracia e ética).

No Brasil, também se deve incluir parte de sua burocracia, seu aparelho policial, bem como devemos olhar para os inúmeros exemplos a mostrar que a própria população, vivendo nesse clima, também entende que pode participar dos escaninhos construídos pela corrupção.

Mas é importante afirmar duas coisas: nem todos os que exercem cargos políticos são corruptos e deve estar aí uma das diferenças do agir cristão na política. Afinal, duas coisas contribuem para que a corrupção esteja no nível atual: a redução da democracia ao seu modelo representativo, que se constitui mais de ritos vazios, e o uso do poder político como poder pessoal e não como poder-serviço.

Além disso, como nos diz o Documento de Aparecida:

Em amplos setores da população, e especialmente entre os jovens, cresce o desencanto pela política e particularmente pela democracia, pois as promessas de uma vida melhor e mais justa não se cumpriram ou se cumpriram pela metade (DAp, 77).

Nesse sentido, esquece-se

de que a democracia e a participação política são fruto da formação que se faz realidade somente quando os cidadãos são conscientes de seus direitos fundamentais e de seus deveres correspondentes (DAp, 75).

É grande o perigo em que nos encontramos, mormente hoje, quando vivemos num mundo em desencanto com tudo, inclusive e principalmente com o processo político, o que faz com que nos afastemos e nos desinteressemos pelo agir político-social. E por que isso é perigoso?

O perigo se encontra no fato de que, ao nos desinteressarmos, ao nos negarmos a discutir o processo político, ao nos desinteressarmos do agir político e como políticos, deixamos as portas abertas exatamente àqueles e àquelas que constroem a política do poder-pelo-poder, do é-dando-que-se-recebe, da corrupção, da opção pelos ricos e afortunados.

O Concílio Vaticano II insiste na importância da participação política dos cristãos na construção da sociedade justa e fraterna e confirma essa participação como um serviço. Na Constituição *Pastoral Gaudium et Spes*, os bispos conciliares insistem em que: “A Igreja louva e apre-

cia o trabalho de quantos se dedicam ao bem da nação e tomam sobre si o peso de tal cargo, em serviço dos homens” (GS, 75).

E não nos esqueçamos de que agir politicamente não pode ser confundido com o agir político-partidário. Este último é necessário, mas nem todos os cristãos e cristãs se sentem chamados a dele participar. Isso não os exime da participação política, do agir cristão no processo político, porque o agir político também se expressa, mesmo que nem sempre o entendamos assim, em outras práticas que temos: no sindicato, nas associações de moradores, nos grupos de reflexão, nos grupos de acompanhamento de câmaras, nos grupos e pastorais de fé e política, e assim num conjunto bastante grande de atividades.

E o que dizer das dezenas de conselhos paritários, ou conselhos de cidadania, que se estão criando em todos os municípios brasileiros e em nível estadual e federal: de educação, de saúde, dos direitos da mulher, da criança e do adolescente, tutelares, de proteção ao meio ambiente, do idoso, das pessoas com deficiência, do negro? Faz-se, pois, necessário que os cristãos e cristãs se formem adequadamente para uma participação cidadã e de qualidade em tais espaços.

Não! Os cristãos não podem agir como avestruzes, enfiando a cabeça num buraco no chão e acreditando que, se ausentando do processo político, os seus resultados não irão incidir sobre eles. Pelo contrário! **Política é “uso legítimo do poder para alcançar o bem comum da sociedade”, como o afirmou João Paulo II.** Existem três imensos motivos para a inserção dos cristãos no processo político, para o agir cristão no tecido humano da sociedade:

a) “Quem diz que permanece em Deus deve, pessoalmente, caminhar como Jesus caminhou (1Jo 2-6) [...] A fé consiste, portanto, num dinamismo de vida, num jeito de configurar a vida, numa práxis.”

b) Engano-me quando acredito que não participando, não me meto no processo. Ao contrário! A não participação é um deixar a porta aberta para os aproveitadores.

c) Afasto-me do mandato do Amor; quando, ao não me meter (por medo, por ojeriza, por desconhecimento) deixo que os pobres sejam cada vez mais explorados. Neste caso, sou absolutamente omissivo!

Ainda citando os bispos brasileiros:

O povo brasileiro precisa recuperar a esperança. A credibilidade e a legitimidade de nossas instituições serão asseguradas pela apuração da verdade dos fatos, pela restituição dos bens públicos apropriados ilicitamente e pela punição dos delituosos. Queremos estimular os cristãos que, em nome da sua fé, se engajam no mundo da política, dizendo-lhes que vale a pena dedicar-se à nobre causa do bem comum. O exercício responsável da cidadania é um imperativo ético para todos (CNBB, Democracia e ética).

Afinal, é no processo político que se decidem as políticas econômicas, que se constroem as políticas públicas de saúde, educação, habitação, emprego etc. Não participar, agir com omissão, significa que tudo isso será feito não em nosso favor ou em favor dos mais necessitados. Ao contrário, a não participação dos cristãos no processo político pode fazer (e faz) com que os valores do Reino, a atenção aos pobres e humildes inexistam ou sejam tratados com paternalismo, como se fosse fruto da “bondade” dos políticos, ou, ainda, com clientelismo, pois se dão pequenas esmolas para manter o pobre como um cliente para as próximas eleições. A não participação dos cristãos, a ausência do agir cristão na política é uma das causas da existência de exploradores do pobre e do oprimido. Nesse sentido, nunca é demais repetir o conhecidíssimo texto abaixo:

O analfabeto político

O pior analfabeto é o analfabeto político.

Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos.

Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas.

O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política.

Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio das empresas nacionais e multinacionais (Bertolt Brecht).

Terminemos, pois, este ponto, com a palavra do Papa Francisco, que em homilia na Capela de Santa Marta, comentando o Evangelho do centurião que pede a cura de seu filho, em determinado momento afirmou que aquele que governa “deve amar o seu povo”, porque “um governante que não ama não pode governar; quando muito poderá disciplinar, colocar um pouco de ordem, mas não governar”. Para o Papa Francisco,

as duas virtudes de um governante são o amor pelo povo e a humildade. Não se pode governar sem amor ao povo e sem humildade! E cada homem, cada mulher que deve se ocupar com um serviço de governo, deve se fazer estas duas perguntas: “Eu amo o meu povo para servi-lo melhor? Sou humilde e escuto a todos os outros, as diferentes opiniões, para escolher o melhor caminho?”. Caso não se colocar estas perguntas, seu governo não será bom. O governante, homem ou mulher, que ama o seu povo é um homem ou uma mulher humilde.

Construindo cidadania

De vez em quando, ouvimos declarações de pessoas que dizem que tudo seria diferente se tivéssemos um governo forte, tirânico. Até alguns dizem que a democracia faz surgir os bandidos, a corrupção. Não é difícil também escutarmos coisas como: “Que saudades da ditadura!”.

Cuidado! Ao contrário disso, os grandes problemas que vivemos só podem ser resolvidos por uma democracia forte. Mas outro cuidado! Se falamos da importância da democracia, também temos que falar que o termo “democracia” tem várias acepções, vários significados.

Há duzentos anos se constrói a chamada “democracia representativa”. Democracia representativa é aquela que se constrói no processo eleitoral restrito. De tempos em tempos, votamos em pessoas para nos representar, quer seja nos parlamentos (vereador, deputado estadual, deputado federal, senador), quer seja na chefia dos Executivos (prefeito, governadores, presidente da República). Isso é muito bom, mas não é tudo! Os eleitos e as eleitas pensam que tudo podem fazer, já que na democracia representativa que vivemos, depois que confirmamos o nosso voto na urna eletrônica, já lhes damos todo o poder.

E há outro tipo de democracia?

Sim! É necessário ultrapassarmos a democracia representativa e construirmos a democracia participativa. Podemos dizer, hoje, que não dá mais para ficar só na democracia representativa, já que é ficar “no meio do caminho”. Não basta apenas votar. É preciso fortalecer a democracia pela participação de todos nos destinos da nação. É necessário construir a cidadania plena de todos. Como já diziam os bispos brasileiros, em 2006:

Urge também uma profunda reforma do atual sistema político, não limitada à revisão do sistema eleitoral. É necessário aprimorar os mecanismos da democracia representativa e favorecer a democracia participativa; [...] A experiência de participação popular na política é uma conquista e um patrimônio precioso da sociedade (CNBB, Democracia e ética).

Chamar à participação não significa mais hoje, como ontem, colocar nosso voto na urna. Hoje, participar significa arregaçar as mangas e inserir-se. Devemos viver o processo político munidos de uma consciência cidadã plena, de que fazemos a história ou ela será feita contra nós. É preciso que nos engajemos na construção do novo, da vida. E isso se faz pela plena participação cidadã nos rumos do país. Os cristãos e cristãs, principalmente os leigos e as leigas, devem se sentir impulsionados, pelo Evangelho, a um maior agir no mundo da política e, quando se sentirem chamados pelo Espírito, devem assumir um engajamento partidário e a consequente participação nos embates eleitorais. Como nos disseram nossos bispos em Puebla: “A fé cristã não despreza a atividade política; pelo contrário, a valoriza e a tem em alta estima” (514).

A Igreja e o processo político

Muitos católicos sentem que a Igreja comete um erro estratégico em não apoiar candidatos, em não os indicar aos fiéis. Afinal, dizem tais pessoas, muitas das outras denominações religiosas fazem isso, e com bastante êxito, o que lhes proporciona uma significativa bancada de parlamentares a seu favor e a favor de seus projetos.

Entretanto, sabiamente a Igreja não indica partido ou candidato. Seria um erro! Seria trazer a discórdia, a luta política e a cizânia para dentro da instituição. Afinal, cada candidato ou candidata se acha no direito de ser considerado “mais Igreja” que o outro. Além disso, a história antiga e recente nos mostra que nem sempre os que apregoam uma fé firme e forte a têm de verdade, já que suas práticas, após a vitória eleitoral, depõem contra tudo aquilo que simboliza a fé cristã. Não é muito incomum a verificação de que alguns “cristãos” agem, na prática política, com menos ou nenhuma ética, enquanto outros, que não professam fé nenhuma, agem como se cristãos fossem.

Assim sendo, à Igreja cabe a elaboração e a manifestação de princípios que devem ser cumpridos pelos participantes do processo político. Norteada pela prática de Jesus Cristo, a Igreja busca não a realização de seus projetos, para isso constituindo uma bancada forte, mas sim, a construção de uma sociedade, de uma cultura, de uma economia que extinga a exploração e a exclusão, que faça com que todos e todas sejam homens e mulheres plenos de vida. A Igreja prega a ética na política. Uma ética que privilegie o outro, o pobre, o desvalido.

Dessa maneira, a Igreja não indica nomes, quer sejam de partidos, quer de homens e mulheres que pleiteiam cargos eletivos, mas indica, aos fiéis, que vasculhem a vida e as intenções dos que buscam o voto e verifiquem se seu ideal e sua prática estão conformes com aqueles princípios que se destinam a construir uma sociedade justa e solidária.

Mas à Igreja cabe, também, como instituição em conjunto com outras instituições da sociedade civil, a denúncia de candidatos corruptos e das situações e mecanismos que favorecem a corrupção.

“A Igreja louva e aprecia o trabalho de quantos se dedicam ao bem da nação e tomam sobre si o peso de tal cargo, em serviço dos homens” (GS, 75).

Não há dúvidas, portanto, de que é através da ação política organizada que se podem construir políticas públicas que visam à dignidade da pessoa humana e todas as garantias de igualdade. Por outro lado, a inexistência de homens e mulheres que insuflam o processo político com tais princípios leva (como temos visto) a que a política seja vivenciada por aqueles que buscam desfrutar de um poder que os leva muito longe do bem comum. Por isso, se a partir da Palavra encarnada queremos construir um mundo de justiça e de fraternidade, temos que entender que a prática política é em si uma forma elevada do agir cristão, do querer e saber realizar o bem mais necessário, o bem comum.

O agir cristão no mundo complicado e conflituoso da política se insere na busca da construção da justiça, e faz isso não só como uma necessidade, mas como um grande desafio para aqueles que o Documento de Aparecida chama de “discípulos missionários de Jesus, Luz do mundo”. Mas que não se pense que é fácil esse agir. Afinal,

a política implica e exige um feixe de virtudes, a justiça, a prudência, a solidariedade; ela será o espaço privilegiado da fé, que crê no amor universal, que consagra a vida pessoal e social ao dinamismo desse amor. A política é um espaço privilegiado para a prática da fé, tal é a convicção fundada no que há de mais profundo, de mais promissor e de mais exigente na realidade humana da política, bem como na mensagem e na graça do Evangelho.³

O agir cristão e a Doutrina Social da Igreja

“Conduzida por uma tendência que privilegia o lucro e estimula a concorrência, a globalização segue uma dinâmica de concentração de poder e riqueza em mãos de poucos.” (DAp, 62)

É muito comum vermos cristãos votando em pessoas porque são boas pessoas, bem como por causa de outros atributos parecidos. Mas aí também deve existir outro grande cuidado, ou seja, com os ideais que essas “boas pessoas” trazem para o processo político. Uma

luz pode ser buscada na Doutrina Social da Igreja. Segundo palavras do Papa Paulo VI, “a política é a melhor forma de exercer a caridade”. João Paulo II, por sua vez, tem insistido sobre a necessidade de os cristãos se empenharem nas várias instâncias de decisões políticas.

Afinal, o agir cristão, baseado na prática de Jesus Cristo, e os ensinamentos da Doutrina Social da Igreja devem levar os cristãos e cristãs a buscarem excluir dos estados os grupos políticos que, no poder, irão implantar as chamadas “políticas neoliberais”, que contradizem os princípios anteriormente estabelecidos.

Essas políticas, chamadas neoliberais, reduzem as ações do poder público nas áreas fundamentais da educação, saúde, habitação, saneamento, segurança e nas áreas de redução das desigualdades sociais e econômicas, deixando ao mercado e ao lucro a condução dos destinos da nação. E nesse caso, quem perde são os pequenos, os fracos, os trabalhadores e trabalhadoras, e só quem ganha são os que têm o poder econômico, com o qual, muitas vezes, nada produzem.

.....

³ Ibid.

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, havia como que um questionamento sobre a Doutrina Social da Igreja, incluindo algumas afirmações de que ela seria frágil, voltada mais para os interesses dos detentores do capital. De certa forma, essa era uma crítica a partir de uma visão de mundo de crítica absoluta ao capitalismo.

A partir da crise das utopias, e mesmo a partir da chamada “crise da modernidade” e de seus parâmetros, há um retorno ao pensamento social cristão católico. Aprofundando-nos sobre ele, percebemos que há aí muito questionamento sobre a situação presente, bem como sugestões de soluções que ultrapassam tais crises.

A Doutrina Social da Igreja tem sido vista e analisada como uma resposta importante do pensamento católico sobre a realidade política, social e econômica de nossa época. Mais que isso, ao ver de alguns intelectuais cristãos, ela se mostra como um conjunto de posicionamentos que se podem somar a outros na construção de um novo modelo civilizacional que inclua o social, o político e o econômico.

O Magistério da Igreja tem se referido à DSI em todos os documentos, principalmente quando fala da presença dos cristãos e cristãs em seu empenho de construção de uma sociedade mais justa, humana e solidária. Ao mesmo tempo, tem, constantemente, insistido em que os leigos e leigas sejam formados na Doutrina Social da Igreja, principalmente aqueles e aquelas que têm inserção no mundo da cidadania, entendido em sentido global. Como nos diz Aparecida:

A Igreja pode fazer permanente leitura cristã e aproximação pastoral à realidade de nosso continente, aproveitando o rico patrimônio da Doutrina Social da Igreja. Dessa maneira, terá elementos concretos para exigir dos que têm a responsabilidade de elaborar e aprovar as políticas que afetam nossos povos, que o façam partir de uma perspectiva ética, solidária e autenticamente humanista. Nesse aspecto, os leigos e as leigas exercem papel fundamental, assumindo tarefas pertinentes na sociedade (DAp, 73).

Assim também os cristãos e cristãs devem ficar atentos aos projetos pessoais e partidários que defendam preconceitos e exclusões, sejam eles contra pessoas ou grupos. Também baseados na Doutrina Social da Igreja, devemos ter em conta que esta, apoiada na prática de Jesus, insiste na dignidade da pessoa humana e nos direitos inalienáveis que vêm junto com isso. Tudo aquilo que a torna pessoa, que a torna essencialmente humana, deve lhe ser garantido. Por isso, o preconceito e a exclusão devem receber crítica dos cristãos.

Mas é sempre necessário frisar que, em sua prática, Jesus nunca vinculou sua mensagem ou o próprio Reino de Deus a qualquer esquema, qualquer projeto particular ou de grupos políticos e econômicos. Mostrou-nos que o seu Evangelho, o Reino que prega a nossa comunidade Igreja não se identificam com nenhum projeto histórico, mas buscam radicalmente a justiça e o amor em todos os projetos, econômicos, políticos e culturais.

Ah! Desgraçados!

Um irmão é maltratado e vocês olham para o outro lado?

Grita de dor o ferido e vocês ficam calados?

A violência faz a ronda e escolhe a vítima,

e vocês dizem: “a mim ela está poupando, vamos fingir que não estamos olhando”.

Mas que cidade?

Que espécie de gente é essa?

Quando campeia em uma cidade a injustiça,

é necessário que alguém se levante.

Não havendo quem se levante,

é preferível que em um grande incêndio,

toda cidade desapareça,

antes que a noite desça.

Os destinatários do agir cristão na política

Já em 2003, os bispos brasileiros, ao aprovarem as Diretrizes da Ação Evangelizadora no Brasil, 2003-2006, colocavam o tema da participação política dos cristãos leigos e os desafiava com uma tarefa explícita: participar da vida política, para que a própria organização da sociedade seja cada vez mais impregnada de valores evangélicos.

Hoje, na atual situação sociopolítica e econômica de exclusão (“Essa economia mata”, como nos disse o Papa Francisco), podemos discernir um critério fundamental e permanente de discernimento do nosso agir cristão no processo político. E esse critério consiste em olhar as necessidades e os clamores da sociedade sofredora, das vítimas de toda e qualquer forma de injustiça e exclusão.

Por isso, dizemos que os cristãos e cristãs não podem ir para a ação política sem uma razão de fundo. Só se pode exigir deles e delas o máximo: a transformação radical da sociedade em que vivemos, onde o poder é exercido em proveito próprio, e onde as ações políticas são, na maioria das vezes, exercidas a partir do interesse dos grupos dominantes e das grandes corporações econômico-financeiras. Os cristãos devem ir para o processo político buscando a transformação das estruturas de poder hoje existentes.

Em 1999, no documento “Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas”, a CNBB afirmava:

Não há dúvida de que a tarefa de promover a justiça e a paz, de efetivamente prestar solidariedade e serviço aos irmãos, especialmente aos mais necessitados, é em primeiro lugar responsabilidade dos cristãos que têm competência na economia, na política, nas relações internacionais, no sindicato, nas organizações assistenciais, nos movimentos populares, nas pastorais sociais (61).

Mas temos que ser mais explícitos nesse ponto. Não podemos fugir do fato de que existem destinatários claros do agir cristão no processo político: os pobres e excluídos. E Aparecida nos revela seus rostos de forma clara, quando nos convida a contemplá-los naqueles que sofrem:

as comunidades indígenas e afrodescendentes, que em muitas ocasiões não são tratadas com dignidade e igualdade de condições; muitas mulheres são excluídas (...); os jovens (...); desempregados, migrantes, agricultores sem terra; meninos e meninas submetidos à prostituição infantil (...). Milhões de pessoas vivem na miséria e passam fome. (...) Dependentes de drogas, pessoas com limitações físicas, portadores e vítimas de enfermidades graves, que sofrem a solidão e se veem excluídos da convivência familiar e social. (...) Os anciãos [...], os presos... (DAp, 65).

Mais que isso, Aparecida afirma que “já não se trata simplesmente do fenômeno da exploração e opressão, mas de algo novo: a exclusão social. (...) Os excluídos não são somente explorados, mas supérfluos e descartáveis” (DAp, 65).

E gostaríamos de terminar esta primeira parte de nossas reflexões com uma citação bastante longa, mas muito importante, do documento da V Conferência, influenciada pela inesgotável força do discurso inaugural do Papa Bento XVI, no dia 13 de maio de 2007, na basílica de Aparecida:

A América Latina e o Caribe não devem ser só o continente da esperança. Além disso, devem abrir caminhos para a civilização do amor. Assim se expressou o Papa Bento XVI no santuário mariano de Aparecida: para que nossa casa comum seja um continente de esperança, do amor, da vida e da paz há que ir, como bons samaritanos, ao encontro das necessidades dos pobres e dos que dos que sofrem e criar “as estruturas justas que são uma condição sem a qual não é possível uma ordem justa na sociedade...”. “Essas estruturas”, continua o Papa, “não nascem nem funcionam sem um consenso moral da sociedade sobre os valores com as necessárias renúncias, inclusive contra o interesse pessoal”, e “onde Deus está ausente (...) estes valores não se mostram com toda a sua força nem se produz um consenso sobre eles. Essas estruturas justas nascem e funcionam quando a sociedade percebe que o homem e a mulher, criados à imagem e semelhança de Deus, possuem uma dignidade inviolável, a serviço da qual terão de conceber e atuar os valores fundamentais que regem a convivência humana. Esse consenso moral e mudança de estruturas são importantes para diminuir a dolorosa iniquidade que hoje existe em nosso continente, entre outras coisas através de políticas públicas e gastos sociais bem orientados, assim como do controle de lucros desproporcionais de grandes empresas. A Igreja estimula e propicia o exercício de uma “imaginação da caridade” que permita soluções eficazes” (DAp, 537).

Fazer política, ontem e hoje

ONTEM

De várias formas, os cristãos procuraram viver o processo político, principalmente a partir da década de 20 do século passado. Grandes mudanças estavam ocorrendo nesse campo há já mais de um século, mas a ação política dos membros da Igreja se resumia, praticamente, à cúpula eclesiástica. Dessa forma, fazer política, para os católicos, era votar naquele candidato que o coronel indicava, sendo que muitas vezes esse coronel era o próprio padre da cidade. Fazer política, no entender da grande maioria dos cristãos, era “coisa de gente grande”, do “seu dotô”.

A participação política, a busca por fazer política a seu favor, só vai acontecer com o aparecimento de uma classe média urbana, na década de 1910, e com o aparecimento da esquerda marxista, com a fundação do Partido Comunista em 1922. Mas disso separam-se os católicos, já que qualquer movimento era criticado pela cúpula eclesiástica, para a qual os católicos tinham que seguir orientações que os levassem, sempre, a votar naqueles que defendessem os interesses da Igreja.

O aparecimento da Liga Eleitoral Católica, com suas listas de candidatos que deveriam receber os votos dos católicos, é um marco na política brasileira. Em muitos casos, votar em alguém fora da lista poderia significar o cometimento de um pecado.

É na década de 1950 que vamos ver o aparecimento de vozes discordantes e de católicos ultrapassando as diretrizes hierárquicas e aliando-se a grupos de esquerda que buscavam um outro país, numa crítica violenta às elites que haviam mantido o país na subserviência de seus interesses. E isso não sem choques e até anátemas.

É o Concílio Vaticano II que vai redirecionar o pensamento eclesial para o lado oposto, ou seja, aquele que impulsiona os cristãos a um agir político consistente, e mais, a partir de sua própria consciência (GS). E aqui também a questão política vai ser entendida de várias formas, várias delas conflitantes.

HOJE

Se, ontem, os cristãos católicos eram como que afastados do processo político, o qual era deixado para a cúpula eclesial, até pelo motivo de que havia certo temor, quer seja na incompetência, quer seja na cooptação, hoje, são chamados a se inserir na política como campo próprio para o exercício de sua vocação laical. Paulo VI vai dizer, mesmo, que o agir político é uma forma de evangelizar, e Puebla vai dizer que “o leigo, a leiga é a Igreja no coração do mundo...” (786).

A Conferência de Medellín, a segunda a acontecer no continente latino-americano em 1968, buscou aplicar o concílio na conflituosa situação nesse continente conflagrado por ditaduras cruéis e sanguinárias, dirigidas e orientadas pelos EUA. Disso resultou uma opção de toda a Igreja por um processo de libertação, o que implicava a ação política. Agora, não mais a partir

de direcionamentos hierárquicos, mas da própria individualidade, e a partir dos sentimentos vividos no contato com a extrema pobreza, mas também com a extrema violência dos órgãos de repressão das diversas ditaduras aqui implantadas.

Vão nascer, então, as comunidades eclesiais de base, nas quais a vida, a fé e a Palavra de Deus levam os cristãos a se engajarem de toda maneira nos processos de transformação da realidade conflitiva que, dizia-se à época, clamava aos céus. É evidente que não há unanimidade na prática e mesmo nos projetos políticos nos quais os cristãos católicos adentram. Ao término da ditadura, já em finais da década de 1970, estes últimos discutiam sua pertença a esse ou àquele partido ou movimento político e, com a possibilidade da criação de novos partidos que viessem substituir os estabelecidos pelo regime militar, eles se dividiram, muito embora, uma boa maioria tenha ajudado a fundar o Partido dos Trabalhadores.

Isto é história! Mas o que importa, agora, é pensar na inserção, no processo político, por parte dos cristãos, em seu engajamento político, no que podem e devem fazer no seu interior.

Ao longo dos últimos cinquenta anos, a esperança

Quem começou sua militância ao longo das décadas de 1950 e 1960, pode até sentir alguma saudade. Afinal, as bases de nossa prática, de nossa ação política, estavam fundamentadas em utopias alicerçadas em teorias completas, que tudo explicavam e que davam, em última instância, o caminho a seguir. Militávamos quase que tendo a certeza do lugar aonde chegar.

No que diz respeito à inserção dos cristãos e cristãs na vida política e na luta por transformações radicais nos processos sociais e econômicos, a esperança, o otimismo, a utopia marcavam tal prática. Principalmente motivados por uma nova visão de Igreja e de mundo impulsivada pelo Concílio, os cristãos se internavam no trabalho de construir o Reino a partir de sua inserção no tecido humano da sociedade.

Incentivo fundamental foi a *Evangelii Nuntiandi*, de Paulo VI, apresentada em 1975:

Os leigos, a quem a sua vocação específica coloca no meio do mundo e à frente de tarefas as mais variadas na ordem temporal, devem também eles, através disso mesmo, atuar uma singular forma de evangelização.

A sua primeira e imediata tarefa não é a instituição e o desenvolvimento da comunidade eclesial, esse é o papel específico dos pastores, mas sim, o pôr em prática todas as possibilidades cristãs e evangélicas escondidas, mas já presentes e operantes, nas coisas do mundo. O campo próprio da sua atividade evangelizadora é o mesmo mundo vasto e complicado da política, da realidade social e da economia, como também o da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos “mass media” e, ainda, outras realidades abertas para a evangelização, como sejam o amor, a família, a educação das crianças e dos adolescentes, o trabalho profissional e o sofrimento. Quanto mais leigos houver impregnados do Evangelho, responsáveis em relação a tais realidades e comprometidos claramente nas mesmas, competentes para as promover

e conscientes de que é necessário fazer desabrochar a sua capacidade cristã muitas vezes escondida e asfixiada, tanto mais essas realidades, sem nada perder ou sacrificar do próprio coeficiente humano, mas patenteando uma dimensão transcendente para o além, não raro desconhecida, se virão a encontrar a serviço da edificação do Reino de Deus e, por conseguinte, da salvação em Jesus Cristo (EM, 70).

Podemos dizer que, depois disso, não havia mais argumentos para se ausentar da luta política!

Isso incluía, na América Latina, uma presença firme das comunidades eclesiais de base, que levavam seus membros a assumir o processo político como um mandamento da fé cristã. Era sua responsabilidade a construção do novo. Havia uma visão do Jesus Histórico que questionara as estruturas sociopolíticas e religiosas de seu tempo. Até nossas canções litúrgicas espelhavam essa esperança, esse otimismo: “Certeza na frente, história na mão./Em Cristo Jesus nossa libertação”.

Caminhar com cuidado! O chão é pantanoso!

O ponto de partida de nossas reflexões está no fato de que não se pode pensar em viver a nossa fé no processo político, se não tivermos claro alguns pontos. Em primeiro lugar, há que se ir para o processo político com um conjunto de informações, formações e análises bem estruturadas. Não pode ser um diletantismo, uma ação pessoal cheia de otimismo, e nem uma ação desligada de um todo. Há que se ter sempre em vista que a opção é um risco que tem que ser assumido.

Insistamos! O agir político não é um diletantismo, um divertimento ou uma coisa que agrada, que dá prazer. Ao contrário, praticamente todos os cristãos inseridos nesse campo sentem as agruras da corrupção que os cerca, das mentiras e falsidades, dos jogos mortais, cujas vítimas são o povo. E como quase tudo é feito como se o povo e a sua felicidade fossem o alvo estabelecido por tais farsas, muitos cristãos também os assumem, consciente ou inconscientemente.

Também não se pode entrar nisso com a cabeça cheia de otimismo, como se fosse fácil agir no interior de um partido ou das estruturas legislativas ou executivas. Cada um de nós conhece cristãos muito bem-intencionados que acreditam piamente que vão “emplacar” todos os seus projetos. E os elaboram sem um mínimo de conhecimento do que podem ou não fazer.

Por fim, o que nos agrada no mundo da política é que aí estamos a partir do clamor do Espírito, a serviço. É o pobre, o injustiçado, é um mundo novo a ser construído, é um novo Estado a ser refundado, é uma nova democracia que deve ser trabalhada. Aí, sim, temos gosto, agrada-nos, tornamo-nos otimistas. Não estamos lá por nós, mas somos os braços do Espírito que nos impulsiona.

Mas há que se cuidar, que se ter muita atenção. É como pisar, à noite, numa parte pantanosa de uma floresta. Por isso, nunca vamos sozinhos!

Recebido em 22/11/2017

Aprovado em 22/11/2017